

# O PONTAL DO PARANAPANEMA E A TRANSFORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO BENTO

Vanilde Ferreira de Souza<sup>1</sup>  
Sonia M. P. P. Bergamasco<sup>2</sup>

## 1. Introdução

A política de formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo pode ser classificada como uma “reforma agrária em migalhas”, pois essas pequenas áreas são reformadas sem, no entanto, alterar a estrutura fundiária das regiões que, geralmente, continuam extremamente concentradas (NEVES, 1997). Há, contudo, as exceções, como é o caso do município de Mirante do Paranapanema, localizado na região do Pontal do Paranapanema. Existe, nesse município, o maior número de assentamentos da região, podendo se registrar um processo de desconcentração fundiária. No estado de São Paulo, a região oeste, denominada Pontal do Paranapanema vem sendo palco de inúmeros conflitos de terra resultando na conquista de um número significativo de assentamentos.

Numa pesquisa realizada por Bergamasco et al (2004), os autores mostram, através da queda do Índice de Gini durante o período de 1985 e 1995/96, o registro de uma diminuição substancial da desigualdade da distribuição da posse da terra no município de Mirante do Paranapanema, uma vez que esse índice passou de 0,801 para 0,755 durante o referido período. Mesmo assim, é importante considerar que esse índice continua extremamente alto.

O Pontal do Paranapanema está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, na microrregião Alta Sorocabana de Presidente Prudente, é uma região formada pelo encontro do rio Paranapanema com o rio Paraná e faz divisa com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e, desde a sua ocupação, tem sido alvo de diversos conflitos resultantes da luta pela terra. As lutas por terra desencadeadas pelos trabalhadores rurais, por meio de ocupações e acampamentos na região, pressionaram o governo a implantar projetos de assentamentos, os quais resultaram na maior extensão de assentamentos do estado de São Paulo (LEITE, 1998).

Como área de estudo optou-se por um assentamento da região do Pontal do Paranapanema pelo fato de ser bastante representativa em termos de reordenamentos territoriais a partir da formação dos assentamentos rurais. Dessa forma, este trabalho teve por

---

<sup>1</sup> Eng. Agrônoma, Dra. Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, e-mail: vanilde@yahoo.com

<sup>2</sup> Eng. Agrônoma, Profa. Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP, e-mail: sonia@agr.unicamp.br

objetivo apresentar o processo de formação do assentamento São Bento pela reconstrução histórica através da literatura e dos relatos dos assentados.

## **2. Metodologia**

Os instrumentos de investigação para coleta de dados foram: **1) Questionário:** os questionários tiveram por finalidade apresentar um panorama geral sobre os assentados, como por exemplo, a forma de aquisição do lote, o tempo na propriedade, capacitação técnica e política, o grau de confiança em algumas instituições, ou seja, o questionário serviu como um instrumento de obtenção de dados quantitativos.

Para a elaboração do questionário foi necessário um aprofundamento sobre a história da região. Antes da aplicação do questionário foi realizado um teste do mesmo objetivando avaliar a eficácia desse instrumento, isto é, medir a capacidade de compreensão e o grau de aceitação pelos atores envolvidos. A amostra para aplicação dos questionários foi calculada em 15% do total de lotes. Desta forma, como no assentamento São Bento existem 182 famílias foram aplicados 27 questionários. Os lotes para a aplicação dos questionários foram sorteados aleatoriamente de modo que contemplasse uma distribuição homogênea dentro do assentamento. **2) História de Vida:** A utilização da técnica da “história de vida” teve como objetivo resgatar a trajetória de vida de algumas lideranças e, a partir de então, compreender o processo de formação do assentamento São bento. Sendo a história de vida uma técnica contada pelo narrador sem a interferência do pesquisador, optou-se pela não realização de um roteiro escrito. Ao realizar a história de vida apenas pedia-se para que o assentado contasse a sua trajetória de vida até o tempo presente. Para isso, o próprio narrador relatava sua história antes da chegada ao assentamento, passando pelo tempo de acampado até se tornar um assentado, sem a necessidade da interferência do pesquisador. As histórias de vida foram realizadas com três assentados do São Bento. Para tanto, utilizou-se o recurso da gravação em fitas microcassetes, aliado às anotações de campo.

## **3. PONTAL DO PARANAPANEMA: TERRA DE GRILOS**

### **3.1 O início da ocupação das terras no Pontal do Paranapanema**

A primeira disputa por terras no Pontal do Paranapanema ocorreu entre as populações indígenas e os primeiros colonos que ali chegaram por volta do início do século XX. A violência dos conflitos era tanta que houve até intervenções dos governos federal e estadual por meio de expedições exploratórias, mas estas foram incapazes de acabar com os problemas do lugar.

Borges (2004) buscou, em seu trabalho, vestígios das populações indígenas que habitaram a região do Pontal, mas encontrou apenas sinais dispersos, pois pouco se sabe sobre os índios na região, uma vez que nada do território lhes restou e, portanto, nada restou também na memória das pessoas sobre sua história. Têm-se registros de que três tribos, em 1886, habitavam o Vale do Paranapanema, são elas: os Coroados, os Cayuás e os Chavantes, existindo ainda alguns Guaranis. Acredita-se que os Cayuás eram os mais numerosos.

Os conflitos pela posse da terra sempre se fizeram presentes na região do Pontal do Paranapanema, isso pode ser percebido pelas inúmeras áreas que foram griladas e outras que são consideradas improdutivas. Tal fato indica que as ocupações de terras no Pontal do Paranapanema sempre estiveram associadas à violência, através das ações de grilagem de terras, destruição das reservas naturais, extermínio da população indígena e expulsão dos posseiros em benefício do latifúndio.

Como o Pontal é uma região caracterizada pela presença de grilos, a dinâmica acontecia da seguinte forma: num primeiro momento o grileiro arrendava as terras e com isso legitimava a posse das mesmas, depois expulsava as famílias das áreas e para aquelas que ofereciam resistência surgia a figura do jagunço para resolver o problema (ALMEIDA, 1993).

As terras do Pontal do Paranapanema começaram a ser griladas desde a segunda metade do século XIX, pois nessa época, devido à falta de uma legislação adequada ao trato da propriedade da terra no Brasil, usava-se como declaração de posse de glebas de terras uma escrituração efetuada em livros existentes nas paróquias, sendo realizadas pelo próprio pároco e assinadas pelo interessado ou por um procurador e algumas testemunhas. Esse termo de posse, onde se limitava o terreno, futuramente servia para a legitimação das terras em nome do interessado, desde que nas terras houvesse uma cultura efetiva e uma moradia, respeitando o Regulamento de Terras de 1850 (LEITE, 1998).

De acordo com a história de ocupação do Pontal relatada por Leite (1998), a área hoje denominada Pontal do Paranapanema, fez-se a partir de uma antiga posse de terras, isto é a partir da formação da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio e, também, de uma outra, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. O resumo desta história é apresentado por Almeida (1996, p. 101) da seguinte forma:

*“Consta que na área do Pontal do Paranapanema, existiam dois registros paroquiais, datados de 1856: um em nome de Antonio José Gouveia, possuidor de imensa gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, feito por Frei Pacífico de Monte Falco, da Paróquia de São João do Rio Verde (Itaporanga); o outro garantia a posse a José Teodoro de Sousa, da gleba denominada Fazenda Aguapeí, conseguida junto ao pároco Modesto Marques Teixeira, da paróquia da Vila de Botucatu. É justamente a partir desse marco que se inicia a problemática fundiária do Pontal.”*

Assim, o processo de grilagem de terras no Pontal do Paranapanema teve início com a chegada, em meados do século XIX, do mineiro José Teodoro de Sousa à região. Porém, sua história está ligada a outra posse, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy.

Em maio de 1856, Antônio José Gouveia teria registrado a gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com aproximadamente 538.100 hectares na Paróquia de São João Batista do Rio Verde (hoje município de Itaporanga), com a lavra do Frei Pacífico de Monte Falco, para isto o Sr. Gouveia declarou ter morada na terra desde 1848 e assim conseguiu validar sua posse como anterior à Lei de Terras de 1850. A Fazenda do Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy, de 872.200 hectares, tem em sua origem a posse de José Teodoro de Sousa, o qual obteve o registro paroquial do padre Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu, lavrado no mesmo mês e ano da posse de Gouveia.

Em abril de 1861, Antônio José Gouveia teria vendido a sua posse para Joaquim Alves de Lima com escritura lavrada em Pirassununga. Com o falecimento do Sr. Joaquim, seu filho João Evangelista de Lima assumiu a posse das terras e em 1886 tentou legitimar a posse da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Entretanto, a legitimação das terras foi feita com tamanha inabilidade que ficou clara a grilagem das terras.

A legitimação de posse da Fazenda Rio do Peixe ou Fazenda Boa Esperança do Água Pehy teve situação semelhante. Antes da tentativa de legitimação das terras, essas teriam sido vendidas, pois em 1865, grande parte das terras griladas por José Teodoro de Sousa já havia sido comercializada.

O Sr. João Evangelista de Lima tentando legitimar o grilo da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, em 1886, recomeçou o processo de grilagem. Dessa forma, em 1890 fez uma permuta com as terras griladas da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy, que inicialmente tinha a posse registrada em nome de José Teodoro de Sousa, mas que em 1890 pertencia a Manuel Pereira Goulart, um dos fundadores da cidade de Presidente Prudente.

*“(...) o Sr. João Evangelista de Lima, no dia 11/01/1890, através de escritura de permuta lavrada nas notas do Tabelionato de Santa Cruz do Rio Pardo, trocou o imóvel Pirapó-Santo Anastácio por outro grilo semelhante, conhecido por Boa Esperança do Aguapehi, ‘pertencente’ ao Sr. Manuel Pereira Goulart.” (ALMEIDA, 1993, p.31)*

Mas, como não se pode permutar aquilo que não se pertence, juridicamente a ação não teve validade. Não desistindo da ação, Manuel Pereira Goulart encaminhou, em 1891, um pedido ao ministro da agricultura para receber colonos estrangeiros em sua fazenda. Como o parecer dado foi favorável, os termos “sua fazenda” foram suficientes para que Goulart tivesse força de legitimação da sua posse. A partir de então, conseguiu vender, trocar e doar as terras. Para uma parte da população paulista e mineira as terras continuavam devolutas, o que fez com que surgissem vários aventureiros em busca de terra, surgindo assim centenas de “grilos-filhos”. Até então a região do Pontal do Paranapanema era uma região tida como o “sertão desconhecido”.

Um dos fatores que acelerou a ocupação violenta das terras no Pontal foi a passagem de boiadas do estado do Mato Grosso pelos campos da região. Com o estabelecimento dessa passagem formou-se o pequeno comércio da carne, sendo cobrado um ‘pedágio’ pela passagem da boiada em terras de terceiros. Com o governo paulista de Jorge Tibiriçá a trilha nos campos foi melhor demarcada e este caminho ficou conhecido como a “estrada boiadeira”, o rio de carne, que tinha início na barranca do Paraná e fim em Botucatu, pois era ali que os bois embarcavam de trem para a capital. A partir do momento que houve um trânsito maior de pessoas por essas terras elas ficaram conhecidas e cobiçadas, já que os mapas mostravam ao governo e aos homens de negócios que a terra não havia sido dividida no papel (Donato, s/d). Ao longo da estrada foram se formando vários povoados o que aumentou o valor da terra.

Acredita-se que com a construção da estrada de ferro Sorocabana, com estímulo do governo federal da época, houve o crescimento da procura por terras para o plantio de café na região. Desta maneira, foram surgindo os municípios e os distritos do Pontal. Até a metade do século XX a ocupação da Alta Sorocabana aconteceu nas redondezas dos trilhos da ferrovia (SOUZA, 1994).

A ocupação do Pontal deixou marcas de violência que estão presentes na memória dos habitantes da região. No final do século XIX já havia um volume bastante grande de comercialização de áreas devolutas do Vale do Pontal do Paranapanema. As ações dos

grileiros ocorriam por meio de medições “fantásticas”, acompanhadas pelo descaso do Estado que ignorava o que estava ocorrendo na região, e assim, não tomava as medidas cabíveis para pôr fim à situação das irregularidades na ocupação das áreas devolutas e da violência contra os camponeses.

Apenas no ano 1930, o governo do estado de São Paulo julgou as terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio como devolutas; em virtude desse fato, em 1932 o estado alertou sobre o perigo de compra de terras na região do Pontal. Em 1908, Manuel Pereira Goulart negociou, ainda, um terço das terras, sendo o restante transferido para a Companhia dos Fazendeiros do Estado de São Paulo. Essa Companhia, em 1910, conseguiu um empréstimo de bancos franceses e deu como garantia as terras da Fazenda. Em 1927 foi decretada a falência da Companhia, e em 1928 a Companhia transferiu as terras para o Coronel Alfredo Marcondes Cabral; em 1937 o restante da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi vendido à Companhia Imobiliária Agrícola Sul Americana, mas todas as ações foram consideradas, pelo Estado, sem efeito.

Por um século, os grileiros mantiveram as terras devolutas no Pontal, chegando a grilar aproximadamente um milhão de hectares. Assim, até 1990 essas pessoas tiveram poucos problemas com a terra (FERNANDES et al., 2003). Na década de 1940 o governador do estado, Fernando da Costa, criou a primeira reserva florestal do Pontal do Paranapanema, conhecida como Reserva Florestal Morro do Diabo. Foram criadas ainda a Reserva Lagoa São Paulo e a Reserva do Pontal do Paranapanema. Essas reservas florestais tinham por objetivo retomar as terras e proteger as florestas, mas os grileiros conseguiram destruir a Grande Reserva do Pontal, e apenas a Reserva do Morro do Diabo não foi devastada totalmente (FERNANDES, 1999).

Percebe-se que a ocupação do Pontal do Paranapanema, apesar de ser realizada de forma ilegal, predatória e com violência, contou com a inércia do Estado, que não impediu a prática abusiva de grilagens, e tampouco cuidou das terras que lhe pertenciam. Percebe-se ainda, que a maior parte dos negociadores e fazendeiros envolvidos com a questão das terras, eram políticos da região ou pessoas ligadas ao governo (SOUZA, 2002).

### 3.2 As reivindicações das terras do Pontal do Paranapanema

Ao ocorrer o povoamento da região do Pontal, os posseiros e sitiantes inicialmente foram expulsos das terras pelos grileiros que ali chegavam. Entretanto, num outro momento, esses ex-posseiros e sitiantes voltaram à cena como trabalhadores das fazendas, na condição de arrendatários. Durante as décadas de 1960 e 1970 a situação se inverteu, pois esses sujeitos

tornaram-se novamente posseiros, formando as glebas no centro das fazendas e dando um novo teor ao processo de lutas.

Esses fatos tornam evidente que o processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema ocorreu por meio de perseguições sofridas pelos camponeses da região desde o início da sua colonização. Entre as décadas de 1960 e 1980, com o desenvolvimento de diversas lutas, essa região reuniu o segundo maior número de conflitos que ocorreu no estado de São Paulo. Um desses conflitos aconteceu no início da década de 1960 no município de Estrela do Norte, onde um violento confronto entre parceiros, arrendatários e o latifundiário da fazenda Rebojo só teve fim depois da desapropriação da fazenda em 1964 (FERNANDES, 1999). O início desse conflito se deu quando os posseiros e pequenos arrendatários recusaram-se a deixar as terras, que ocupavam há vinte anos, para o fazendeiro João Diniz Alves. Com esse conflito o Governo Federal decidiu pela desapropriação da fazenda e, em 1967 foi legalizada a área para a implantação de um projeto de reforma agrária. Esse foi o primeiro sinal de um movimento de trabalhadores rurais organizados no Pontal, mas foi um movimento em nível local onde os trabalhadores se organizaram pela questão da posse da terra e não por uma questão nacional, como a reforma agrária. Nesse mesmo ano, 1967, ocorriam na fazenda Bandeirante, localizada no interior da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, diversos conflitos violentos entre o fazendeiro e os camponeses, com a expropriação de pequenos arrendatários e posseiros (BORGES, 2004).

Na década de 1980 os diversos conflitos fundiários deram início, na região, a uma série de reivindicações por parte dos trabalhadores rurais. Esses conflitos aconteceram a partir da construção de barragens de usinas hidrelétricas na região do Pontal do Paranapanema a partir da década de 1970 por meio da Cesp, integrada no “Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema”. O objetivo do Programa, inicialmente cumprido, visava à implantação de usinas hidrelétricas e de açúcar e álcool na região para assim dinamizá-la. Mas alguns anos depois, com a diminuição de investimentos nas obras e com a desaceleração das construções das usinas, diversos trabalhadores foram demitidos e o cenário passou a ser o do desemprego o que acabou gerando conflitos em torno da questão da terra. Além disso, na medida em que se construíam os lagos das usinas hidrelétricas a população local era transferida para outro lugar, causando o descontentamento geral. É nesse contexto que se registra um aumento dos trabalhadores expropriados, excluídos e marginalizados no Pontal.

Diante da situação de expropriação e marginalização dos trabalhadores, em 1983 houve uma grande ocupação nas fazendas Tucano e Rosanela, onde aproximadamente 350 famílias, sendo a maioria composta de trabalhadores desempregados das obras das usinas hidrelétricas,

reivindicavam essas áreas. Borges (2004) acredita que 1983 foi o ano marco quando se pensa nos ‘sem terra’ (sem hífen) no Pontal do Paranapanema, principalmente quando se analisa o movimento da gleba XV de Novembro. Os fatos que marcaram o surgimento desse movimento foram as ocupações, no dia 15 de novembro, da fazenda Rosanela, de propriedade da Vicar S/A Comercial e Agropecuária, e da fazenda Tucano, cuja proprietária era a Camargo Corrêa, uma das empreiteiras da Cesp. No dia 23 de novembro as famílias acampadas nessas fazendas foram despejadas, e foi a partir de então que essas famílias formaram os acampamentos 15 e 16 de Novembro, localizados às margens da rodovia SP-613, que liga Teodoro Sampaio a Euclides da Cunha, Rosana e Primavera. Com o passar dos dias, esses acampamentos foram aumentando, uma vez que havia um boato de que o Estado faria doação de terras na região (FERNANDES, 1999). Depois de várias negociações, o governador do estado de São Paulo assinou o primeiro decreto de desapropriação de uma área para o assentamento de aproximadamente 466 famílias que estavam acampadas nas margens da rodovia SP-613.

A continuidade da luta pela terra ocorreu após o assentamento das famílias, em 1984, que haviam ocupado as fazendas Tucano e Rosanela. No Pontal do Paranapanema, os assentamentos gleba XV de Novembro e o Lagoa São Paulo são os mais antigos da região e foram originados a partir desse processo que ocorreu na década de 1980 (BEDUSCHI Fº, 2003).

Foi, portanto, a partir da segunda metade do século XX que posseiros, pequenos arrendatários, ribeirinhos se tornaram os pioneiros dos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema. Para os assentados de hoje é bastante claro quem foram os atores que fizeram parte da luta de conquista da terra, uma vez que são esses mesmos sujeitos que dão corpo aos movimentos sociais existentes na região e, em especial, o MST. Nesse sentido é interessante observar, na fala, de um assentado militante a forma como ele divide os componentes dessa luta:

*“Então eu defino como três estratos sociais dentro dessa luta que forma esse corpo ali pela década de 1990, os arrendatários, os bóias-fria, a maioria lá do norte e noroeste do Paraná, e os desempregados das barragens aqui do próprio estado de São Paulo. A barragem é a simbologia desse desemprego, é claro que não era só de barragem.”*  
(História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2004)

Dessa forma, aquele homem que uma vez expulso, retornou para reivindicar o seu pedaço de chão. Em 1980 tem-se a imagem dos ‘sem terra’ e, em 1990, em conjunto com o MST, os sem terra começaram o seu histórico de lutas, e como afirma Borges (2004) “hifenizaram a palavra ‘sem-terra’”. Apesar do MST ter surgido na região após a década de 1990, movimentos de pequenos posseiros e arrendatários já resistiam e lutavam para permanecerem na terra. Através de relatos e de textos de jornais, acredita-se que foi a partir do movimento surgido para a conquista da gleba XV de Novembro que surgiu a figura do ‘sem terra’ no Pontal do Paranapanema. E foi na ocupação da Fazenda Nova Pontal que os ‘sem-terra’, com hífen, nasceram, sendo que estes últimos são representados por camponeses do MST (BORGES, 2004).

Sendo assim, a situação no Pontal do Paranapanema começou a se modificar com as ocupações de terras realizadas pelo MST, tendo ocorrido, em julho de 1990, a primeira ocupação feita pelo Movimento na região, na fazenda Nova Pontal, a qual se localizava em Rosana que, na época, era distrito do município de Teodoro Sampaio. Apesar das pressões, o governo paulista não atuou imediatamente na região, o que conseqüentemente fez com que a atuação desse Movimento se estendesse para outros municípios, como Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Euclides da Cunha, Rancharia, Martinópolis, Sandovalina, entre outros (FERNANDES et al., 2003).

O processo de ‘territorialização e espacialização’ da luta pela terra provocou um aumento no número de ocupações no estado de São Paulo. No ano de 1995, a região do Pontal era uma das principais regiões de conflitos fundiários do país, acontecendo o maior número de ocupações. As ocupações de terras no Pontal ganharam projeção nacional, a partir da organização pelos sem-terra do maior movimento de ocupação do Pontal do Paranapanema, em 26 de agosto de 1995. As ocupações ocorreram simultaneamente em três fazendas, a Santa Cruz, a Washington Luiz e a Flor Roxa, reunindo cerca de 2 mil famílias. Essas ocupações foram acompanhadas por uma equipe de filmagem que, posteriormente, as divulgou para a imprensa nacional. Com isso, a questão sobre as tensões na região ganhou notoriedade nacional num momento em que se intensificava, pelo governo federal da época, o debate sobre a reforma agrária. Assim, neste momento, qualquer proposta deveria abranger uma solução para os conflitos no Pontal do Paranapanema (ALMEIDA, 1996).

Essa região é, no estado de São Paulo, a que possui o maior número de assentamentos e de famílias assentadas, sendo que em grande parte dos municípios há a presença de assentamentos. De acordo com os dados de Fernandes et al. (2003), no período de 1984 a 2001, foram implantados 81 assentamentos, com 4.683 famílias ocupando uma área de

116.471 ha. Porém, é preciso deixar claro que esses assentamentos são resultados de lutas de movimentos sociais e de posseiros da região.

Dados de Fernandes et al. (2003) apontam que no período de 1990 a 2001 foram realizadas 349 ocupações. O confronto entre os grileiros e os sem-terra fez, na década de 90, com que a região do Pontal se tornasse uma das regiões de maior conflito fundiário do país e, com o apoio do MST, nessa região se constituiu um forte movimento de trabalhadores rurais organizados.

É percebido que durante a década de 1990 vários movimentos sociais começaram a se organizar e a ganhar força na região. Durante os anos de 1994 a 1999 surgiram novos movimentos de sem terra, como: o Movimento Sem-Terra de Rosana, o Brasileiros Unidos Querendo Terra, o Movimento Esperança Viva, o Movimento da Paz, o Movimento Terra Brasil, o Movimento Unidos pela Paz, o Movimento da Paz Sem-Terra, o Movimento Terra e Pão, o Movimento Sem-Terra do Pontal e o Movimento Terra da Esperança. Esses movimentos tiveram várias mudanças nas suas trajetórias. O Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra expandiu-se passando a efetuar ocupações em outros municípios tornando-se o Movimento Unidos dos Sem-Terra, mas com a prisão de um dos seus líderes esse movimento perdeu força e foi extinto. Os outros movimentos uniram-se e formaram o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST). Assim, o MST juntamente com o MAST, através das ocupações realizadas, provocaram um importante impacto socioterritorial na região do Pontal.

O aumento dos conflitos fundiários fez com que o governo estadual tomasse providências e realizasse um estudo sobre a condição fundiária do Estado. Na região, durante a década de 1990, os assentamentos rurais implantados possibilitaram o desenvolvimento da agricultura familiar, promovendo a geração de emprego e renda para várias famílias.

#### **4. O processo de constituição do assentamento São Bento**

*“O momento em que ocorre a ocupação significa muito mais que cortar a cerca. No imaginário daquelas pessoas a ocupação transforma o sofrimento em esperança que é refletida na possibilidade do resgate da dignidade.”* (ALMEIDA, p. 61, 1993)

Com a ocupação da fazenda Nova Pontal em julho de 1990, em Rosana, deu-se o início da luta pela terra por meio da organização do MST. As 700 famílias que ocuparam essa fazenda eram originárias de vários municípios da região do Pontal do Paranapanema e do estado do

Paraná. Ficaram acampadas na área por apenas uma semana sendo depois despejadas. Com o intuito de desmobilizar o grupo, alguns fazendeiros enviaram caminhões e jagunços para apressar o despejo e reconduzir as famílias aos seus municípios de origem. Contudo, cerca de 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de dissolução do grupo continuando acampadas nas margens da rodovia SP-613. Um dia depois do despejo, algumas famílias retornaram, juntando-se novamente ao grupo, denominando o acampamento de Novo Pontal. Depois de um mês da ocupação, as famílias estavam vivendo o drama da fome e, para saciá-la, pararam um caminhão na rodovia que carregava boi e leite e exigiram o suficiente para matar a fome. Esse fato foi bastante explorado por aqueles que eram contrários ao Movimento e, diante da situação, afirmavam que estavam vivendo um momento de insegurança para o transporte do gado.

No dia 15 de agosto de 1990, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) requisitou, por meio de uma liminar de reintegração de posse das margens da rodovia, que as famílias fossem retiradas dali. A realização desse despejo ocorreu na madrugada do dia 16 de agosto sendo mobilizados 800 policiais. Esse fato foi inédito na questão agrária do Brasil, apanhando de surpresa os líderes do Movimento que, com isso, não tinham uma decisão sobre outro lugar para as famílias ficarem. Com esse despejo, os fazendeiros conseguiram desmobilizar grande parte das famílias acampadas, sendo que metade delas foi reconduzida aos seus municípios de origem. Ainda assim, as lideranças conseguiram que 223 famílias ficassem numa área do assentamento gleba XV de Novembro. Essas famílias ficaram acampadas durante 35 dias e, nesse período, houve a negociação com o governo para que elas pudessem montar o acampamento em outro lugar. Assim, em setembro, as famílias foram transferidas para uma área pertencente à Secretaria da Agricultura, a qual localizava-se na mesma rodovia, a SP-613. Nesse espaço de tempo, resolveram renomear o acampamento, chamando-o de Acampamento João Batista da Silva.

Depois de oito meses acampadas nas margens da rodovia, as famílias decidiram ocupar, em 23/03/1991, uma área de 2.872 ha da fazenda São Bento, localizada no município de Mirante do Paranapanema. Essa fazenda tinha ao todo 5.106 ha e estava sob o domínio de um famoso grileiro, ex-prefeito do município de Presidente Prudente, o Sr. Antônio Sandoval Neto. Além da fazenda São Bento, o ex-prefeito também tinha em seu nome outras fazendas, como a Santo Antonio, a Alvorada e a Santo Emílio, as quais possuíam cada uma, uma extensão de cerca de 1.500 ha, que eram destinados à criação de gado. Sendo essas fazendas vizinhas da fazenda São Bento, e não havendo divisas para separar-lhes, acabavam por virar uma única fazenda, a fazenda São Bento (BORGES, 2004).

A percepção dos assentados de que esta foi uma ocupação que entrou para a história do Pontal do Paranapanema e, quem sabe, para a história do país, no que tange à questão agrária, se faz presente na memória deles, uma vez que nas suas falas sempre aparece a história da ocupação da fazenda, assim como, o domínio que o latifúndio exercia na região:

*“A São Bento é uma luta histórica, eu queria que mudasse de São Bento para outro nome, porque São Bento era o nome antigo da fazenda. A ocupação da São Bento no Pontal é importante porque foi a primeira área que foi ocupada aqui em Mirante pelos trabalhadores e o poder do latifúndio era muito forte na região, inclusive tinha muita influência no comércio em Mirante, tinha muita influência na sociedade de Mirante e nós éramos meio que sozinhos, porque nós éramos desconhecidos pela sociedade, então nós enfrentávamos uma dificuldade muito grande e aí desde a primeira ocupação em 1991 o pessoal veio pra cá, e a partir daí desenvolveu um processo de luta permanente para a conquista da São Bento por entender que era uma área de cinco mil e poucos hectares e era o pivô do latifúndio.”* (História de Vida, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005)

Os trabalhadores rurais organizados decidiram por ocupar essa fazenda porque, além dela ser a representante do poder do latifúndio na região, o governo federal já havia decretado que esta área deveria servir para fins de reforma agrária. Essa primeira ocupação da fazenda São Bento se deu sob tiroteio atado pelo fazendeiro, o que não causou impedimento para as famílias continuarem na ocupação, e quando o tiroteio cessou, elas desceram dos caminhões para construir seus barracos e para que os caminhões pudessem voltar à gleba XV retornando com mais pessoas. A partir deste primeiro dia, 23/03/1991, mais 24 famílias também ocuparam a fazenda São Bento. A lembrança dessa ocupação está presente na memória dos assentados que vivenciaram o fato, assim como o violento despejo que sofreram com a presença da tropa policial.

*“O acampamento João Batista da Silva veio pra cá, aí fiz o barraco aqui e fiquei morando ali, nós éramos 247 famílias, com quatro dias que eu estava lá veio o despejo (...) e vieram 500 policiais, 200 cachorros, cavalaria, tropa de choque e um caminhão de caixão ainda.”* (História de Vida, Sr. J.R.F., Assentamento São Bento, 2004)

No dia 25 de março do mesmo ano foi concedida uma liminar de reintegração de posse a Antonio Sandoval Neto. Porém, os trabalhadores acampados, decidiram por não desocuparem

a área e deram início ao tombamento da terra para o plantio de feijão. Em 9 de abril vários policiais chegaram à área para efetivarem o despejo das 247 famílias acampadas. Essa desocupação foi negociada entre as lideranças do MST e o comandante da operação militar que estabeleceram um prazo de trinta dias para que o governo estadual encontrasse uma solução para as famílias, caso contrário elas voltariam a ocupar a fazenda São Bento. Na negociação os trabalhadores fizeram a proposta de acampar numa área da estação Engenheiro Veras, do ramal ferroviário desativado de Dourados, pertencente à Fepasa (Ferrovias Paulistas S/A).

Com o fim do prazo e sem nenhuma solução para as famílias, os trabalhadores mais uma vez ocuparam a fazenda e fizeram o tombamento de 5 ha para o plantio de milho, mandioca, arroz e feijão. A área ocupada ficava cerca de 50 metros do lugar em que as famílias estavam acampadas na estação ferroviária desativada. Novamente o fazendeiro entrou com um pedido de reintegração de posse e as famílias tiveram que deixar a área. Nesse momento, as famílias optaram por uma nova tática, a de manter o acampamento na estação Engenheiro Veras e entrar nas áreas da fazenda somente para plantar. Assim, todas as vezes que os oficiais de justiça aparecessem, os trabalhadores estavam no acampamento localizado fora da fazenda. Na verdade, o acampamento nessa ferrovia desativada era uma estratégia do MST, já que ela localizava-se nas proximidades da fazenda e a cada nova ocupação as famílias tombavam a terra para o plantio de gêneros alimentícios, sendo esse plantio mais uma forma de legitimar a ação do Movimento do que uma forma de obtenção de rendimentos econômicos, além de expor para a sociedade a importância do trabalho rural. Deste modo, mesmo que as famílias estivessem acampadas fora da área plantada elas ainda assim cultivavam a terra. Com isso, ia-se esgotando a força do fazendeiro, e as famílias tentavam vencê-lo pelo cansaço, isto é, ocupando a fazenda tantas vezes fossem possíveis (BORGES, 2004). Descontente com tal situação, o fazendeiro-grileiro impediu, por meio de jagunços, a entrada das famílias na fazenda e no dia 10 de junho de 1991 ocorreu o primeiro confronto armado entre os jagunços e os trabalhadores, sendo que estes últimos foram recebidos a tiros.

Devido à tensão que se criou na região, o governador do estado de São Paulo da época, Luís Antônio Fleury Filho, assinou um decreto em 21 de junho de 1991 em que requisitava 2.872 ha da fazenda São Bento para o acampamento das 247 famílias. Porém, por meio de uma liminar, o fazendeiro-grileiro conseguiu suspender o decreto. Mas o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo destinou uma área de 10 ha da fazenda para as famílias montarem acampamento. Algumas famílias acamparam nesses 10 ha e outras continuaram acampadas na estação Engenheiro Veras.

No início de abril de 1992 o MST conseguiu mobilizar, através da divulgação da luta pela conquista da terra, cerca de 900 famílias dos municípios da região do Pontal do Paranapanema e do norte do estado do Paraná para que no dia 01/05/1992 fosse realizada a reocupação da fazenda São Bento e ocupação da fazenda Canaã. Com a liminar de reintegração de posse as famílias novamente se viram obrigadas a se retirarem da área ocupada e acamparam também às margens do ramal ferroviário. Este acampamento foi chamado de Primeiro de Maio. Mesmo acampados fora da fazenda São Bento, os trabalhadores continuaram com suas plantações dentro da fazenda.

Para fortalecer a luta pela conquista da terra no Pontal do Paranapanema, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1993 as famílias dos acampamentos João Batista da Silva, Primeiro de Maio e mais aproximadamente 600 famílias da região e do norte do Paraná se uniram e ocuparam uma área da fazenda São Bento, próxima ao assentamento Santa Clara. Mas, no dia 08 de março, mais uma vez as famílias foram despejadas da área da fazenda e acamparam nas margens do ramal ferroviário desativado da Fepasa. A união dessas famílias originou um único e grande acampamento, o União da Vitória, que tinha cerca de 1.800 famílias. A memória desse grande acampamento, chamado na época “cidade de lona preta”, está presente na fala dos assentados do assentamento São Bento:

*“Eu cheguei, vim visitar o pessoal aqui do MST, ver como era e na época tinha 1.780 famílias num acampamento do Movimento, aí eu conheci o Movimento e vi aquela ilusão grande assim, eu me animei.”* (História de Vida, Sr. J.P.L, Assentamento São Bento, 2004)

Em abril de 1993 as famílias do acampamento União da Vitória realizaram um mutirão de mais de mil pessoas e 12 tratores para tombar 200 ha da fazenda São Bento para o plantio de feijão, milho e mandioca e, com isso, pressionar o governo para acelerar as negociações para o assentamento das famílias. O fazendeiro, através de seu advogado, entrou com um pedido de liminar de reintegração de posse, mas como as famílias estavam acampadas em outra área, criou-se um novo impasse. Com isso, o fazendeiro ameaçou destruir a plantação, mas as famílias resolveram fazer vigília na área para impedir a destruição. Assim, as famílias continuaram a plantar na área da fazenda e a acampar fora dela, até que em fevereiro de 1994 foi realizado um acordo entre o governo do estado e o fazendeiro para a indenização das benfeitorias da fazenda. Até abril de 1994 o MST havia realizado 22 ocupações na fazenda

São Bento. Essas ocupações significavam uma estratégia do Movimento para agilizar o processo de assentamento das famílias acampadas (FERNANDES, 1999).

As ocupações na fazenda São Bento configuram-se em um marco histórico, uma vez que colocaram em evidência o movimento organizado pelos trabalhadores rurais sem-terra que exigia seus direitos frente ao Estado. O assentamento na fazenda São Bento foi a segunda conquista do MST no Pontal do Paranapanema e significou a derrota de um dos maiores grileiros da região. Depois de quatro anos de negociações, em julho de 1994 o governo do Estado começou a realizar o assentamento provisório de 996 famílias na fazenda São Bento, tendo sido atribuída uma área de três hectares e meio para cada família. A esperança e a vontade de voltar para a terra era muito forte entre os sem-terra e foi somente por isso que eles conseguiram passar por todas as mazelas durante todos esses anos de luta.

*“Eu queria voltar pra terra e aqui estava saindo a terra, aí eu vi aquele Movimento e eu fiquei animado, falei: eu vou entrar também, eu vou pegar um lote, eu vou voltar pra terra. Como de fato fiquei, e essa terra prometida, sai hoje, sai amanhã e com isso nós ficamos três, quatro anos, pegamos um emergencial de 2 ha, de 2 ha foi pra 4 ha, até que um dia saiu o lote definitivo e nesse definitivo eu estou até hoje, fez 10 anos, fez agora um tempo atrás, em junho. E nós estamos aí, tocando a vida, plantando roça e trabalhando.”*  
(História de Vida, Sr. J.P.L., Assentamento São Bento, 2004)

No final de 1995, 184 famílias foram assentadas nos lotes definitivos, distribuídos em quatro setores, tendo eles áreas entre 18 e 22 hectares.

## **5. A realidade do assentado São Bento**

Na pesquisa sobre os impactos dos assentamentos rurais no estado de São Paulo, realizada por Bergamasco et al. (2004), foi verificado que a grande maioria dos assentados da fazenda São Bento encontrava-se empregada, antes de ser assentada. Isto significa que a luta pela reforma agrária é, antes de tudo, uma luta ampla, que não engloba apenas a questão do emprego, mas também a busca pela autonomia, pela habitação e, sobretudo, por uma nova forma de vida. Nessa pesquisa constatou-se que cerca de 87% dos assentados amostrados já possuía alguma experiência agrícola anterior, sendo que a maioria era arrendatário ou parceiro

e apenas uma pequena porcentagem já havia possuído um pedaço de terra. Tal fato vem reafirmar a ligação que essas pessoas possuem com o campo.

Atualmente, a maioria dos agricultores amostrados do assentamento São Bento está assentada entre seis e dez anos, ou seja, são pessoas que participaram do processo de luta pela terra.

Para a maioria desses assentados amostrados a situação vivida por eles, nos dias atuais, está muito melhor se comparada com a fase anterior ao assentamento. Isto está refletido em algumas melhorias que ocorreram em suas vidas, como é o caso da moradia, da alimentação, da segurança e do poder de compra.

Através dos questionários aplicados junto aos assentados percebeu-se que a composição da família é representada, sobretudo, pela(o) esposa(o) e pelos filhos. Esses dados mostraram também que 81,5% dos titulares dos lotes, dentre aqueles amostrados, são casados, havendo apenas uma pequena porcentagem de viúvos, solteiros e separados, sendo que 66,6% têm entre 41 e 60 anos de idade, com filhos cuja faixa etária está entre 11 e 30 anos (70%).

Como a atividade na roça é bastante desgastante, 59,3% dos assentados pesquisados preferem descansar quando lhes sobra algum tempo e apenas 22,2% optam por assistir televisão nesses momentos. Recebem visitas nos lotes, principalmente, de amigos do assentamento e parentes, a quem lhes é atribuída uma grande confiança. Os assentados desse assentamento costumam participar de mutirões quando estes ocorrem. Grande porcentagem dos assentados (92,6%) acredita que a vida no campo é melhor do que na cidade, pois conseguiram conquistar alguns elementos essenciais de infra-estrutura como energia elétrica, água encanada, posto de saúde e escola.

Apesar do registro na melhoria das condições de vida, para 70,3% dos assentados amostrados a situação dos agricultores da região estava, na época da pesquisa (2005), regular e ruim, necessitando haver maiores investimentos na produção, através de financiamento, pois 48,1% dos assentados acreditam que seu futuro depende, fundamentalmente, de políticas do Governo. Porém é necessário frisar que ocorreram melhorias significativas no que se refere principalmente a moradia, segurança, poder de compra e alimentação, após passaram para essa condição. Dessa forma, a maioria dos assentados amostrados (51,9%) acredita que ao passar da condição de sem-terra para assentado sua vida passou a ficar muito boa em relação à vida de antes.

Pode-se dizer que a história de formação do assentamento São Bento está vinculada à história de formação de um outro assentamento, o Santa Clara/Che Guevara, pois ao mesmo tempo em que iam acontecendo as ocupações na fazenda São Bento, também outras

ocupações ocorriam no município de Mirante do Paranapanema, como as da fazenda Santa Clara e as da fazenda Flor Roxa, entre outras. E embora a luta pela conquista da fazenda São Bento ter se iniciado antes da luta pela conquista da fazenda Santa Clara, foi esta fazenda a primeira a ser desapropriada pelo Estado por pressão do MST.

## **6. Considerações Finais**

A constituição dos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema é resultado das lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio das ações dos trabalhadores rurais pode ser compreendidas as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão. O assentamento São Bento foi implantado obedecendo essa dinâmica, pois muitos dos que estão assentados nesse assentamento foram expulsos de suas terras e com a oportunidade de retornar a ela, buscaram forças em movimentos sociais ligados à questão agrária na região.

Assim, a transformação do latifúndio em assentamento rural é a construção de um novo território, o qual requer condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma nova lógica de organização do espaço geográfico. Em vista disso, as políticas públicas para este setor não nascem apenas do interesse do Estado, mas, sobretudo, da organização e reivindicação desses trabalhadores rurais. Dessa forma percebeu-se melhorias significativas na vida dos assentados depois que esses passaram a viver no assentamento São Bento.

A região do Pontal do Paranapanema sendo uma das principais áreas de conflitos fundiários do país em que ocorre grande número de ocupações de terra; é conhecida também por ser uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo e por possuir ainda milhares de hectares de terras improdutivas, devolutas e griladas por latifundiários, o que torna a concentração de terras bastante grande, impedindo assim o seu desenvolvimento. Porém, é importante frisar o impacto territorial e demográfico que os assentamentos rurais exerceram nessa região, uma vez que existem milhares de famílias assentadas que dinamizam a economia de uma das regiões mais pobres do Estado. E, apesar de boa parcela dos assentados terem se transformado em agricultores familiares bem estabelecidos, com boa produção e rentabilidade, há ainda uma parcela não desprezível de assentados que encontram grandes dificuldades para se enquadrar aos mecanismos da política agrícola brasileira, que é ainda, bastante precária, inadequada e instável.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. A. de. **A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema:** as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara.. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1993.

ALMEIDA, R. A. de. **Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema:** reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente, 1996, 240 p.

BEDUSCHI Fº, L. C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva.** São Paulo: Iglu: Fapesp, 2003.

BERGAMASCO, S. M. P. P et al. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais de São Paulo. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. P. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BORGES, M. C. **De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP.** Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Assis, 2004, 459 p.

DONATO, H. (s/d) **Chão bruto.** A conquista do extremo sudoeste paulista. São Paulo: Círculo do Livro.

FERNANDES, B. M. et al. (2003) Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** FEAGRI/UNICAMP, Campinas; UNIARA, Araraquara; INCRA, São Paulo, 2003, pp 79-104.

FERNANDES, B. M. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo. 2. ed.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis.** Niterói: EDUFF, 1997.

SOUZA, J.M. de. **Memorial Teodoro Sampaio: sua gente, sua história, sua geografia.** Teodoro Sampaio, 2002.

SOUZA, M. A. **A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994, 180 p.